



O TRABALHO DAS MULHERES RURAIS E A CONSERVAÇÃO DO CERRADO NA APA DO RIO VERMELHO, GOIÁS¹

Stéfanny da Cruz Nóbrega²

RESUMO

Este artigo versa sobre pesquisa desenvolvida no Nordeste Goiano, inserido na Política Pública Território da Cidadania do Vale do Paranã, mais especificamente no Território da Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho. O objetivo central foi apreender, a partir do trabalho cotidiano das mulheres rurais, práticas de manejo ambiental que contribuem para a proteção da biodiversidade do Cerrado. Em suma, como estas se relacionam com o solo, com a água, com a vegetação nativa. Para tanto, foi adotada como metodologia a realização de trabalhos de campo, com o apoio das ferramentas caderno de campo e registros fotográficos durante a realização de diversos momentos, tais como: a caminhada transversal nos quintais e comunidades, entrevista semiestruturada. A leitura das histórias, conversas, registros, momentos experienciados com essas mulheres foi feita a partir das categorias de análise gênero e território. Com isso, foi possível compreender que a relação dessas mulheres com a terra e com a produção de alimentos vai além da lógica do capital, diz respeito a relações socioculturais de outro tipo, que tem suas raízes na memória biocultural. A intenção deste trabalho é reconhecer, registrar e dar visibilidade à história das mulheres rurais, seus afazeres e luta como parte do reconhecimento de que são sujeitos políticos, produtoras e detentoras de saberes indispensáveis para a reprodução do campesinato.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Área de Proteção Ambiental; Conservação do Cerrado; Divisão Sexual do Trabalho.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970 mobilizou-se uma preocupação internacional com a crise ambiental, momento histórico em que foram criadas muitas Unidades de Conservação, que são organizadas em 12 categorias, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - LEI 9.985/2000). A Área de Proteção Ambiental (APA) que neste estudo apresenta-se como recorte territorial, a APA das nascentes do Rio Vermelho (APANRV), é uma modalidade de Unidade de Conservação que permite moradia e uso sustentável (BRASIL, 2011).

No entanto, além de grande número de pequenas propriedades que correspondem ao perfil da agricultura familiar camponesa, que produz essencialmente para consumo próprio e venda dos excedentes, também está presente o Agronegócio. As culturas do agronegócio com o uso de

¹ Pesquisa desenvolvida sob orientação da Professora Dra. Maria Geralda de Almeida. Professora Titular do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

² Mestranda em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais Universidade Federal de Goiás.

stefanny.nobrega.ufg@outlook.com

sementes transgênicas, insumos químicos e veneno têm predominado no Cerrado brasileiro, sobretudo voltado para exportação. Paradoxalmente, este é um dos biomas mais rico em biodiversidade³.

Neste estudo, partimos do pressuposto que os problemas ambientais são decorrentes da organização social e do modo de produção capitalista (TORRES, 2017). E que a presença das comunidades rurais resistindo e ocupando um território⁴ de conservação é de suma importância, sobretudo neste caso, por configurar-se, na prática, como um território que resiste a expansão da fronteira agrícola do agronegócio por todos os lados.

Este processo de resistência pode ser evidenciado na perspectiva da microterritorialidade, que segundo Gomes (2001) remete às microgeografias. Seriam estratégias de uso, apropriação e defesa de pequenas porções do espaço rural por parte de grupos sociais, como as mulheres, quase sempre invisibilizadas, seja pela sociedade em geral, seja pelas políticas públicas e pela ciência, mas que também produzem o espaço rural, tanto material quanto imaterialmente. Esta perspectiva possibilita revalorizar os sujeitos, não só como determinados pelas estruturas em que se encontram inseridos, mas também como portadores de ações, capazes de tensionar e colocar tais estruturas em movimento. São ações que se situam no seio na vida cotidiana e que merecem uma análise geográfica profunda.

Ao buscar apreender o espaço de trabalho das mulheres rurais e a sua relação com a natureza, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação participativa com mulheres de comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária, com o objetivo de integrar ao meio delas e desenvolver um vínculo maior. Na realização das entrevistas foi acrescido o uso de metodologias participativas que propõem a troca de saberes entre elas e entre elas e os pesquisadores, tais como a caminhada transversal e entrevistas semiestruturadas.

Nesta perspectiva, este texto está organizado de modo que a primeira parte apresenta as características do recorte espacial e, situando-o diante seu contexto territorial. A segunda parte apresenta o sujeito social deste estudo: as mulheres rurais e o contexto de desigualdade ao qual estão inseridas, apreendido a partir da dimensão de gênero, aqui fundamentado por Safiotti (1983). A última parte deste texto discute os resultados da pesquisa desenvolvida em campo, apresentando o trabalho das mulheres rurais e como este contribui para a conservação do cerrado na região da APA do Rio Vermelho, Goiás.

³ Nesta pesquisa o termo é biodiversidade para referir tanto ao domínio do natural, como o social e cultural (BORGES, 2010).

⁴ O conceito de território vem sendo utilizado pelos movimentos sociais, na luta pela terra, por educação, por alimentos e está presente nas reflexões acadêmicas. Neste estudo, fundamentados em Haesbaert (2009), compreendemos território em uma abordagem que prioriza as problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas, tanto funcionais como simbólicas.

1. RECORTE ESPACIAL E SEU CONTEXTO TERRITORIAL

Esta pesquisa foi desenvolvida no Nordeste de Goiás, microrregião do Vale do Paranã. Caracteriza-se como uma região de ocupação humana antiga, com a vinda das primeiras famílias no final do século XVII e início do século XVIII, período da mineração (VIEIRA, 2015). Depois da abertura da BR 020, rodovia de integração nacional, tem sido constante o fluxo migratório de paulistas, mineiros e gaúchos, que se instalam na região desde Formosa até Posse, como investidores em grandes projetos agropecuários, e também no oeste da Bahia. Emilio Vieira (2015), fala ainda que o progresso não chegou de forma igualitária para todos, e impôs bruscas mudanças culturais, que desarmam os indivíduos de seus próprios meios de agir, geram, de consequência, maior dependência das classes menos favorecidas, que ficam marginalizadas, um caso concreto é da agricultura familiar camponesa da região.

Dito isto, podemos aprofundar nas múltiplas dimensões territoriais que compõe este recorte. A primeira é referente ao Território da Cidadania-TC do Vale do Paranã⁵. De acordo com a Cartilha do Governo Federal (2008), os Territórios da Cidadania são uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania.

Além disso, o Vale do Paranã está encaixado no bioma Cerrado, uma grande região biogeográfica de extrema riqueza sociocultural e ecológica. Essa riqueza sem sendo ignorada pelo avanço da fronteira agrícola subordinada ao agronegócio global das *commodities*. Entretanto, existe uma história de convivência de inúmeras comunidades tradicionais com os ecossistemas do Cerrado e de luta pela sobrevivência de seus modos de vida. Uma das expressões desse fato reside nas inúmeras demandas por criação de Reservas Extrativistas (RESEX) neste domínio biogeográfico. Este artigo destaca a perspectiva de criação dessas Unidades de Conservação (UCs) como um mecanismo importante de reordenamento territorial no Cerrado brasileiro que põe em relevo e revaloriza as invisíveis comunidades tradicionais que melhor podemos chamar de povos do cerrado⁶.

Em função disto, a segunda dimensão territorial diz respeito a Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho (APANRV), que foi criada pelo decreto s/nº em 27/09/2001. Sendo

⁵ Abrange uma área de 17.388,93 km² e é composto por 12 municípios: Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Posse, São Domingos, Simolândia e Sítio d'Abadia. A população do território é de 107.311 habitantes, sendo 38.089 habitantes na área rural e 69.222 habitantes na área urbana. Além disso, o território apresenta um número de 3.387 Famílias Assentadas pela Reforma Agrária, sendo 5.788 o número de estabelecimentos da agricultura familiar e 17.277 o pessoal ocupado na agricultura familiar (BRASIL, 2015).

⁶ De acordo com Mendonça (2004) são as classes sociais que historicamente viveram nas áreas de Cerrado constituindo formas de uso e exploração da terra a partir de relações sociais de produção e de trabalho muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais.

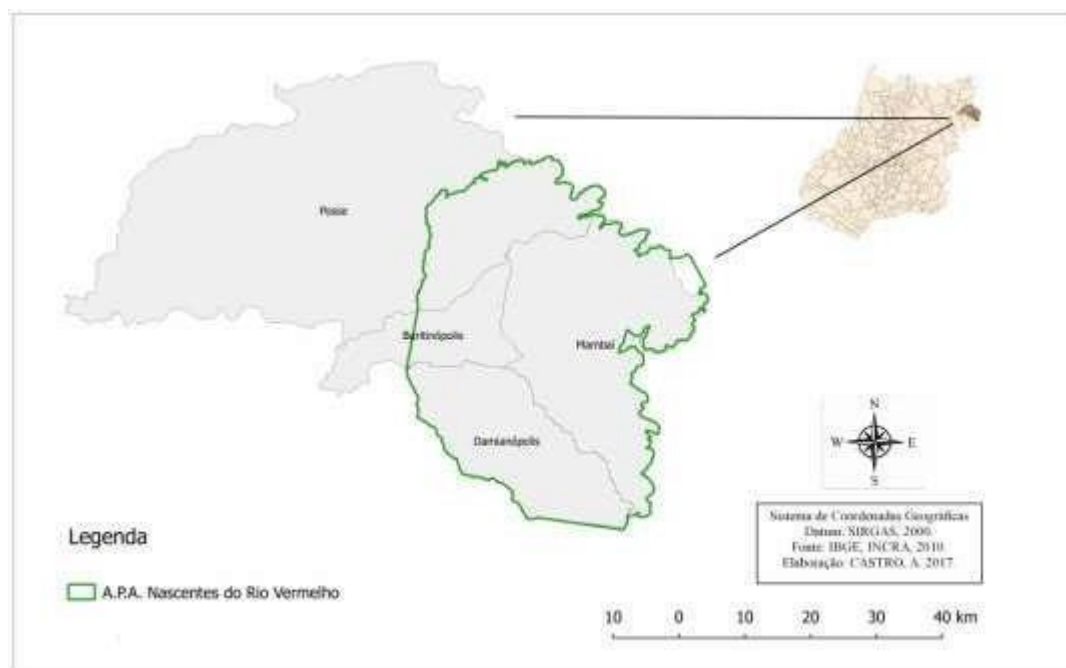
está uma modalidade de Unidade de Conservação permite moradia e uso sustentável sendo aqui composto por 4 municípios: Posse, Mambaí, Buritinópolis e Damianópolis. Estes são os municípios que nos debruçamos a partir deste estudo.

Mambaí possui uma área de 880,624 Km², população de 6.871 habitantes pelos dados do IBGE (2010), sendo a rural 2.069 e a urbana 4.802. No município há presença de 6 projetos de assentamentos da Reforma Agrária, de acordo com o Relatório do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): Cynthia Peter (40 famílias), Mambaí (28 famílias), Paraná (63 famílias), Capim de Cheiro (18 famílias), São José (19 famílias) e Ecovila Mambaí (15 famílias), os quais foram visitados durante a realização desta pesquisa. O município de Buritinópolis, que apresenta população de 3.321 habitantes (IBGE, 2010), de acordo com Vieira (2015), guarda ainda características do antigo povoado, contendo amplos quintais e habitações típicas da região, permanecendo a população original que preserva suas tradições culturais, como da folia de reis em janeiro, da festa do padroeiro São Francisco Xavier em março e, dos festejos do povoado de Santa Rita no mês de junho, sendo este o povoado que visitamos.

Em Damianópolis, onde residem 3.292 habitantes (IBGE, 2010), foram visitados os povoados de Boa Esperança, São Francisco e a fazenda Poço Verde. Por fim, o município de Posse faz parte da APANRV (Figura 1), no entanto, não foi realizado trabalho de campo presencial, razão pela qual não será discutido neste estudo⁷. O grande salto para o desenvolvimento de Posse foi dado com a inauguração da rodovia asfaltada BR-020, Brasília-Salvador, que passa pelo município.

⁷ No entanto, vale destacar algumas características do município que se caracteriza como polarizador na oferta de serviços, educação etc dentre os municípios estudados.

Figura 1: Mapa de localização da Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho, Nordeste



Goiano.

Elaboração: CASTRO, A. 2017. Fonte: IBGE, 2007.

A APANRV possui uma área de 176, 159 mil hectares e abriga um dos mais expressivos patrimônios cársticos nacional e muitos rios subterrâneos, formadores de diversas cavernas e cachoeiras. É esse reconhecimento, enquanto patrimônio ambiental, que dá a essa região uma contraditória qualificação: pobreza econômica versus riqueza ambiental/cultural. Como as demais unidades de conservação federais, está sob responsabilidade e gestão do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

Segundo Miranda (2016), o Nordeste goiano reúne 14 dos 30 municípios goianos com maior cobertura vegetal, contando com 74% de área coberta por cerrado, sendo que, para isso, é importante destacar a presença da APA das Nascentes do Rio Vermelho. No entanto, é importante dizer que mais recentemente o Nordeste Goiano conhece uma expansão de empresas rurais modernas, com predominância de cultivo de soja, cana-de açúcar e milho, uma vez que tem se constituído enquanto uma importante fronteira de expansão de grãos do sudoeste baiano, com a instalação de grandes armazéns como a Pioneer, Produtiva Sementes, Cereaisul, Agrofava, Supply Armazéns, Transgrãos etc.

Desta forma, foi possível observar em campo que os Projetos de Assentamentos e as comunidades tradicionais pesquisadas encontram-se rodeados pelo agronegócio, situando-as diante conflitos territoriais de modelos diferentes. Segundo Carvalho (2004) a ofensiva capitalista sobre o campo em sua fase neoliberal é marcada pela necessidade de estender o predomínio do mercado

para controlar um conjunto de bens comuns, serviços e atividades humanas ainda fora do mercado, como a água e a biodiversidade. Por outro lado, de acordo com Abdala (2017), as empresas agrícolas presentes no Oeste Baiano são uma das principais fontes de emprego do Vale do Paranã. Em todos os municípios visitados constatou-se que parte da população ativa das zonas rurais trabalha para estas empresas.

1.2 QUESTÃO DE GÊNERO: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Saffiotti (1983) fala sobre a transição da economia rural familiar para o salariado, com o advento do avanço do capitalismo agrário. Para esta autora, as mudanças operadas nas formas de produção agrícola, nos tipos de cultivo e na tecnologia empregada realmente aumentam o grau de sazonalidade do trabalho agrícola. Nestas circunstâncias, o agronegócio encareceria seus custos se operasse exclusivamente com trabalhadores permanentes. A resposta a este problema reside no trabalhador temporário, podendo-se engajar enormes quantidades de braços nos momentos de pico da atividade agrícola e dispensá-los quando não são mais necessários.

Este caráter temporário do engajamento na produção agrícola deixa a porta aberta aos elementos com outros afazeres na residência e na economia de subsistência e, portanto, disponíveis para a aceitação eventual do salariado - resulta numa sazonalidade do emprego: grande demanda para a época da seca para realização das colheitas, sendo que na chuva retornam para a propriedade para realizar plantio das roças. Isso quer dizer que esgotadas as possibilidades de reprodução da família com a produção da própria terra, devido a diversos fatores, tais como falta de infraestrutura para produção, beneficiamento e comercialização, não conseguem viver somente com a renda da terra e se veem obrigados a deslocar-se temporariamente para outras regiões em busca de trabalho. Nos períodos em que não há maior exigência para sua permanência na propriedade, deixam a terra aos cuidados dos familiares, sendo muito comum que as responsabilidades da propriedade recaiam todas sobre a mulher.

Dessa forma, caracteriza-se como uma estratégia familiar para a preservação da unidade de produção, uma vez que a renda mensal insuficiente compromete o êxito da pequena propriedade. Este fato foi muito frequentemente constatado nos trabalhos de campo. E assim foi possível perceber a articulação entre o minifúndio e o latifúndio, com a utilização extensiva de recursos naturais por parte da exploração familiar, que permite manter baixo o preço da mão de obra, assim como a maximização dos lucros. Vale considerar, no entanto, o impacto desse processo nas condições de vida dos que não partem, em especial das mulheres. Sobre quem recai a responsabilidade pela guarda e manutenção da propriedade e da família no lugar de origem. Sem o reconhecimento social do seu trabalho e do seu papel.

A adoção de Gênero enquanto categoria de análise se dá em função da necessidade de entender as mulheres como sujeitos políticos, localizadas em um contexto de opressão e exploração que determina seu espaço e seu papel na sociedade. É frente a isso que buscamos nessas mulheres a prática e as raízes para apontarmos a agroecologia, não apenas como um modo de integrado de produção, mas como um projeto de sociedade, protagonizado especialmente por mulheres e permeado por relações sociais, culturais, econômicas e políticas de outro tipo para o desenvolvimento socialmente e ambientalmente justo.

1.3 O TRABALHO DAS MULHERES PARA A CONSERVAÇÃO DO CERRADO

Ao analisar o Cerrado, a partir das relações socioculturais, observa-se que o modo de vida e a produção realizada em pequena escala manifesta-se na paisagem, que se trata de uma visão fundamentada em saberes que se objetivam no vivido. Dos usos do cerrado, resulta-se na paisagem uma convivência equilibrada e, portanto, determinada ou mediada pelas necessidades das pessoas e na relação com o próprio Cerrado (SOUZA, 2015).

No livro *Mulheres e Agroecologia: Transformando o Campo, as florestas e as pessoas*, a autora Siliprandi (2015) estabelece elos entre os debates de sustentabilidade e das relações sociais de gênero que em muito contribuiu para a leitura do que foi observado em campo. Foi perceber que essas mulheres estabelecem uma relação entre meio ambiente saudável e pessoas saudáveis que perpassa quatro questões principais: a alimentação adequada; uso de plantas medicinais, combate ao uso dos agrotóxicos e medidas de saneamento ambiental, em ações que extrapolam a preocupação com a saúde humana e abrangem o meio natural onde as pessoas vivem e trabalham. Dessa forma, organizamos os resultados dessa pesquisa em 3 eixos: quintal agroflorestal; saneamento ambiental; Extrativismo vegetal e plantas medicinais.

1.4 QUINTALAGROFLORESTAL

Assim como as mulheres são invisibilizadas no processo produtivo, espaços como os quintais agroflorestais também não possuem o devido reconhecimento de seu papel na agricultura camponesa. Geralda (2016) qualifica o quintal como o espaço singular do entorno das moradias no qual se “produz a vida, pelo que se cria, pelo que se cultiva, pelo cuidado em sua manutenção e pelas várias atividades do labor e da socialização cotidianamente ali desenvolvidas”. A mesma autora acrescenta:

O quintal, para aqueles que vivem no meio rural, é o espaço dos saberes. É nele que a mulher, principalmente, reproduz seus conhecimentos sobre as plantas, sejam plantas medicinais ou de alimentos. Trata-se de conhecimentos adquiridos historicamente, passados por gerações, de mãe para filha, de avó

para neta. Configura-se como espaço cultural, simbólico, de saúde e de segurança alimentar (ALMEIDA, 2016, p.8).

Eles são sistemas de produção integrados também chamados de sistemas agroflorestais, que representam uma forma de uso e manejo da terra para uma produção pequena, mas contínua, com uma mistura de espécies agrícolas, florestais, que envolve ainda a criação de pequenos animais. De acordo com a senhora “L”, entrevistada em assentamento de Mambai-GO, em dezembro começam a plantar o milho, feijão catador, mandioca e abóbora. A colheita do feijão catador é em março, em abril já estão colhendo o milho, abóbora é colhida em junho e a mandioca em julho. No entanto, de agosto a outubro é um período de escassez, não se planta, não se colhe nada. Daí a importância do quintal para a soberania alimentar, como um espaço de produção contínua que assegura uma complementação importante na dieta alimentar.

Assegura, também, uma produção de alimentos saudáveis, sem utilização de insumos químicos e venenos, ou agrotóxicos, disponíveis imediatamente para a mesa da família. Frutas típicas da região também são encontradas nos quintais, proporcionando a venda ou troca do excedente. Portanto, o quintal é um espaço que possibilita geração de renda, e assim, agrega atividade reprodutiva e produtiva, de acordo Quaresma (2015).

Apesar de não planejada de forma rigorosa a composição dos quintais agroflorestais obedece ao critério de utilidade e facilidade de manejo das espécies implementadas para a família, considerando também a conservação da biodiversidade natural da região. Plantas medicinais são também cultivadas nos quintais muito frequentemente sendo consumidas principalmente sob a forma de infusões e chá. Trata-se de um recurso muito importante para a saúde e o bem estar das populações rurais, que possuem acesso limitado as estruturas públicas de saúde, por exemplo. Além disso, há o conhecimento popular de utilização das Plantas que na cidade são consideradas como “Alimentícias não Convencionais” encontradas no quintal, tais como Ora Pro Nobis, Palma, Folha de Abóbora, beldroega, entre outras.

1.5 SANEAMENTO AMBIENTAL

Estar na APARV possibilitou constatar problemas relativos ao saneamento ambiental. Em decorrência de falha ou ausência do serviço público de recolhimento de resíduos nos assentamentos e comunidades, muitas pessoas têm costume de enterrar e colocar fogo nos resíduos sólidos. No entanto, foi possível identificar práticas de mulheres rurais quanto a reciclagem. Em diversas propriedades identificamos a prática de reciclagem de garrafas pet, os usos são diversos. Muitas mulheres guardam as garrafas pet para fazer conserva de pequi, pimenta e também é utilizado no artesanato, como na figura 2.

Figura 2: Conserva do pequi colhido no início do ano de 2018 por moradora da vila Santa Rita, Buritinópolis-GO e Garrafas pet reutilizadas para estrutura de cesto de lixo na Fazenda Poço Verde em Damianópolis-GO.



Fonte: Stéfanny Nóbrega. Data: 03/18.

Além disso, muitas mulheres guardam as garrafas pet para guardar água da chuva que elas armazenam para a época da seca. Os agentes sanitários entregam Hipoclorito de Sódio para que as mulheres pinguem 3 gotinhas por garrafa. A questão da água não é a mesma para todos. Alguns assentamentos são localizados bem próximo a fluxos de água, chegando a passar córrego nos fundos das propriedades de algumas famílias. No entanto, esta não é a realidade do Assentamento Cynthia Peter ou de algumas comunidades e vilas em Damianópolis, que reclamam da falta de água ou de existência da água salobra.

Quando se fala em água devemos nos remeter a função da unidade de conservação a qual nos referimos: Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho. De acordo com o senhor “K” do PA Paraná em Mambaí-GO “a APA é bom para manter a água e preservar, mas os rios estão assoreando por conta das monocultura tudo ao redor” e acrescentou “os pivôs atrapalham muito só que com os ricos ninguém mexe”.

1.6 EXTRATIVISMO VEGETAL E PLANTAS MEDICINAIS

O Cerrado brasileiro é rico em biodiversidade, expressa na sua fauna, flora e na cultura do Povo. O conhecimento popular é grande neste sentido, pois ter consciência desta biodiversidade necessita bastante sabedoria de vivência local, uma vez que as espécies são distribuídas nas diversas fitofisionomias do Cerrado que, de acordo com Ribeiro e Walter (2008): matas ciliares, matas de galeria, matas secas, cerrado, cerrado sentido restrito (*sensu stricto*), palmeiral, parque de cerrado, veredas, campo sujo, campo rupestre e campo limpo. Além disso, apresentam diversos usos, como

por exemplo a medicina popular que trabalha com plantas medicinais de espécies nativas do Cerrado.

No assentamento Cynthia Peter, a senhora “R” se identifica como trabalhadora rural e extrativista, disse que coleta pequi, marva branca, sucupira, pau d’ólio, alfavaca e favela, essas têm uso tanto medicinal como alimentar. E a senhora “P” do mesmo assentamento disse que utiliza o Barbatimão, Sucupira e Pacari como remédios, além de Cagaita e do Pequi e acrescentou: “coleta sementes por onde vou”. A senhora P disse que ainda quer ir na Festa do Pequi, que acontece na cidade de Mambá em janeiro, para vender suas mudinhas de ervas e o pequi que coleta. No assentamento Paraná, a senhora “F” disse que tem a Favela que eles vendem a vagem para fazer remédio, “*uma empresa do Japão que compra*”, também coletam buriti para fazer doce. E no assentamento Capim de Cheiro a senhora “T” disse extrai a polpa, óleo e castanha do buriti e do pequi.

O aproveitamento das espécies para os usos das plantas medicinais e fitoterápicos assim como com potencial nutricional, é valorizar a biodiversidade do Cerrado por meio de sua conservação *in situ*, ou seja, o Cerrado em Pé. Trata-se de uma forma de diminuir a pressão sobre o Cerrado, pela valorização do potencial de sua flora e também pela cultura do povo cerradense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa desenvolvida foi possível concluir que essas mulheres têm uma relação de convivência muito estreita com os elementos naturais do Cerrado. Assim como as empresas têm interesses em transformá-los em capital, as mulheres têm interesses em continuar apropriando-se dos elementos naturais sob a lógica de reprodução de sua existência e dos seus modos de vida.

A vegetação do cerrado, além de ser o elemento predominante na composição da paisagem, é também a intermediação do contato da população rural com a fauna. É parte do sistema alimentar e, sobretudo, da saberia medicinal popular cerradeira. Dessa forma, o desmatamento para implantação de monocultura significa, para essas mulheres, a perda de seus remédios, animais e de sua alimentação complementar.

A água, os rios e córregos são referências para a territorialização humana, é fonte de vida e também fornece alimentos, além de proporcionar beleza visual e sonora no que diz respeito aos momentos de lazer e para o turismo. A derrubada da vegetação e remoção do solo significam muito mais que assoreamento e poluição dos recursos hídricos, significa retirar uma das fontes de vida mais importante para a população rural.

O solo é recurso que lhes fornece alimento, seja pela vegetação nativa ou pela plantação de outras espécies de alimentos necessários à sobrevivência humana. Esse foi um dos primeiros

elementos naturais a se transformar em mercadoria, quando da ocupação do capital, promovendo a desterritorialização das populações locais.

A cultura dessas famílias e os elementos apontados acima são expressões fortes de vínculos com o território, com o modo de vida, concretizando especificidades da existência da agricultura familiar no lugar. Assim, elas estabelecem uma relação entre meio ambiente saudável e pessoas saudáveis que extrapolam a preocupação com a saúde humana e abrangem o meio natural onde as pessoas vivem e trabalham.

Além disso, essas mulheres são peças-chaves dos processos agroalimentares e de segurança e soberania alimentares, pois são baseados nas realidades locais. Sendo assim, são as protagonistas da agroecologia como promotora das transformações sociais na produção e no consumo de alimentos, gerando as bases para o fortalecimento da agricultura familiar. Tornar essa realidade visível e estruturar políticas que promovam equidade para mulheres e suporte técnico para quintais agroflorestais é o melhor caminho para construção do desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Bruno. (2017) *Participação social e governança territorial no Programa Territórios da Cidadania: um estudo sobre o colegiado territorial do Vale do Paranã em Goiás*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense.

ALMEIDA, Maria Geralda. *Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais*. Confins (Paris), v. 1, p. 1, 2016.

BORGES, V. C. Medicina Popular De Plantas Medicinais E Fitoterápicos, Redes Sociais E A Valorização Do Cerrado Goiano. *Ateliê Geográfico-EDIÇÃO ESPECIAL* Goiânia-GO v.4, n.1. p.139-163. 2010.

CARVALHO, G. L. Entre a pobreza econômica e o patrimônio ambiental/cultural: desafios e possibilidades do turismo no nordeste goiano. *Anais do ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local*. Curitiba, 2004.

CASTRO, A. S. Assentados do P.A Cynthia Peter, Mambaí-GO e a influência do Programa Bolsa Verde na identidade territorial. *Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG)*, 2017.

GOVERNO FEDERAL. *Territórios da Cidadania – Brasil 2008*. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>> Acesso em: 22/06/2020.

GOMES, Paulo César da Costa. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 93 – 113.

HAESBAERT, R. Dilema de Conceitos: Espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S.(Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p, 95-120, 2009.

IBGE, 2010. *Censo Demográfico 2010 - notas metodológicas*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade. (Acesso em 20 de julho de 2018) *Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho*. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/9491-area-de-protecao-ambiental-das-nascentes-do-rio-vermelho>> Acesso em: 22/06/2020.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudoeste Goiano*. Presidente Prudente: UNESP, 2004.

MIRANDA, Suzane Aparecida Morais. *Uso e ocupação do solo na APA das nascentes do Rio Vermelho: Conflito Socioambiental em Mambaí – GO*. Brasília 2016

QUARESMA, A. P. Mulheres e Quintais Agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In HORA, Karla. REZENDE, M., & MACEDO, G. (orgs.). *Coletânea Sobre Estudos Rurais e Gênero: Mulheres e Agroecologia*. Brasília, 2015.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (ed.). *Cerrado: ecologia e flora*. Ecologia e flora. Brasília: Embrapa, 2008. p. 151-222.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: Transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SAFFIOTTI Heleieth & FERRANTE, V. L. S. *A mulher e as contradições do capitalismo agrário*. São Paulo: Perspectivas, 6:67-75, 1983.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. *Patrimônio Imaterial: Relações socioculturais camponesas em Pedra Lisa*. Uberlândia: Ed. do Autor, 2015.

TORRES, C. N. Para a Crítica do Desenvolvimento Sustentável. In ANDES-SN (org.) *Revista Universidade e Sociedade*. Ano XXVII – n° 60, julho de 2017.

VIEIRA, E. *Intersecção Goiás-Bahia: cultura popular no vale do Paranã*. Goiânia: Kelps, 2015.